

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Onde estavam os ministros militares de Bolsonaro em 64	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: O troco do caixa	3
Título: Hidrelétricas gastam 4 vezes mais água que todo o consumo humano do país	4
Título: Empresas também cometem crimes	6
Título: Caminhoneiros fazem carreata em Curitiba	7
VEÍCULO: O Globo.....	8
Título: Cofre cheio	8
Título: PARADOXO CAPITALISTA	9
Título: A nova aliança com Israel	9
Título: Sirenes devem continuar a soar em Minas Gerais.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Barragem rompe em Rondônia.....	13

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 31/03/2019****Seção: Política****Autor: Vera Rosa Fabio Serapião / BRASÍLIA****Título: Onde estavam os ministros militares de Bolsonaro em 64**

Os generais da reserva com assento no governo Bolsonaro, ocuparam funções de oficiais na estrutura das Forças Armadas e dos governos do regime militar. Conselheiro do presidente, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro, de 71 anos, tinha quase 17 no dia 31 de março de 1964. "Era aluno do segundo ano Científico do Colégio Militar do Rio. Vibrei com a queda de João Goulart, um cancro na política brasileira", disse ao Estado.

A exemplo de Bolsonaro, Heleno não chama o golpe de golpe. Na sua definição, houve um movimento para conter o avanço do comunismo no País. No começo da década de 1970, Heleno foi instrutor na Academia Militar das Agulhas Negras, no Rio, onde se formaram o atual ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz (turma de 1974), o vice-presidente Hamilton Mourão (1975) e o próprio Bolsonaro (1977). No ano da formatura de Bolsonaro, Heleno, capitão recém-promovido, assumiu o cargo de ajudante de ordens do então ministro do Exército, Sylvio Frota – que tentou se impor como sucessor do presidente Ernesto Geisel e foi demitido.

O grupo do entorno dele ensaiou um levante. Questionado, Heleno disse que sua participação foi "irrelevante". "Tinha apenas 30 anos." O ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, de 65 anos, tinha 10 quando o Exército derrubou Goulart. Ele relatou que, durante o regime, se dedicou à Brigada Paraquedista, no Rio. Sua atuação, disse, foi "exclusivamente" voltada à profissão militar.

Já Santos Cruz, que tem gabinete no quarto andar do Palácio do Planalto, completava 12. O Exército tinha acabado de exterminar as guerrilhas na Amazônia quando, entre 1975 e 1977, ele concluiu os cursos de comando e guerra na selva. À pergunta sobre sua experiência na ditadura, disse que não foi "frotista" nem "castelista". "Não faço parte de grupos estereotipados. Fui ser militar porque tinha atração pela atividade militar e era uma opção profissional que eu tinha possibilidade de acessar." Em 1973, no auge da repressão, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, general Floriano Peixoto, de 64 anos, se formava pela Academia Militar das Agulhas Negras.

Naquele ano, outro ministro, o **almirante Bento Albuquerque, de Minas e Energia**, entrava para a Marinha. Nos dois últimos governos militares ele se dedicou ao programa de submarinos. O titular da Ciência e Tecnologia, Marcos

Pontes, de 56 anos, tinha um ano quando ocorreu o golpe e no último ano do regime, 1984, formou-se em Tecnologia Aeronáutica na Academia da Força Aérea. Militares mais novos, como o ministro Tarcísio Gomes (Infraestrutura), de 43 anos, não era nascido em 1964.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/03/2019

Seção: Opinião

Autor: Bruno Boghossian

Título: O troco do caixa

Paulo Guedes só pensa no trilhão. O ministro fez uma cobrança agressiva quando ameaçou pedir as contas se Jair Bolsonaro não der apoio integral à reforma da Previdência. A equipe econômica aposta tudo no alívio gigantesco que o projeto deve levar aos cofres do governo, mas também deveria ficar de olho no troco do caixa do posto Ipiranga.

As negociações para a votação da reforma devem levar meses. O presidente, ao que tudo indica, parece perder influência na discussão da medida. Enquanto o assunto se desenrola no Congresso, o compromisso de Bolsonaro com a agenda econômica liberal de Guedes deve passar por outros testes.

A pressão de caminhoneiros por novos benefícios e proteções contra a variação no preço do diesel é o primeiro deles. Bolsonaro pegou carona na paralisação de maio de 2018 e apoiou a pauta de reivindicações. Só na última semana, ele falou duas vezes sobre o assunto, prometendo atenção aos pedidos, mas os motoristas continuam insatisfeitos.

A Petrobras já aceitou reajustar o preço do combustível a cada 15 dias. Os caminhoneiros, porém, exigem o dobro do prazo, além de apoio do governo para garantir a cobrança de valores mínimos de frete. Não é preciso dizer que essa interferência política rasgaria a primeira página do receituário econômico de Guedes.

O ministro também precisará convencer o presidente a descumprir uma promessa de campanha. A equipe da pasta recomendou que o presidente não apoie um projeto que pode perdoar dívidas estimadas em R\$ 17 bilhões do agronegócio com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural. O setor, como se sabe, é um queridinho de Bolsonaro.

Com a economia em estado duradouro de apatia, aumenta a tentação do presidente de fazer concessões aos dois setores. Guedes sabe que seu chefe não se converteu ao liberalismo econômico e que provavelmente nunca o fará,

mas se Bolsonaro cometer heresias no dia a dia do governo, a aderência do ministro à cadeira pode diminuir ainda mais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Hidrelétricas gastam 4 vezes mais água que todo o consumo humano do país

Evaporação nos reservatórios é segundo maior gasto hídrico do país, atrás apenas da irrigação na agricultura, revela estudo da ANA

São Paulo - O gasto de água das usinas hidrelétricas do país é quase quatro vezes maior do que todo o abastecimento humano nacional —ou seja, tudo o que é consumido nas casas, comércios e lojas do Brasil, em zonas urbanas e rurais.

Esse enorme gasto de água é resultado da evaporação nos reservatórios das usinas.

Quando se consideram outros espelhos-d'água artificiais (por exemplo, açudes), as perdas são ainda maiores: o volume chega a ser 5,3 vezes mais alto que o consumo humano.

Os dados são da ANA (Agência Nacional de Águas), órgão federal responsável pela gestão dos recursos hídricos. Após dois anos de estudos, a autarquia reuniu pela primeira vez, em um manual, o uso de água em cada setor.

O documento, obtido em primeira mão pela Folha, foi usado como base para o Plano Nacional de Segurança Hídrica, que será anunciado no início de abril pelo Ministério de Desenvolvimento Regional.

O levantamento mostra que, em 2017, a evaporação dos reservatórios foi o segundo maior consumo de água no Brasil, atrás apenas da atividade de irrigação na agricultura.

A pesquisa considera o quanto de água foi retirado por cada setor e o quanto foi devolvido—o saldo dessa conta é o consumo total. No caso da evaporação nos reservatórios, não há retorno garantido.

"Em algum momento, a evaporação retoma. Mas não necessariamente naquela bacia e naquele momento. Quando se faz o balanço entre a oferta e a demanda de um local, essa água [evaporada] foi consumida, não está disponível para os

demais usos. Isso é essencial na hora de fazer a gestão hídrica", afirma o superintendente de Planejamento da ANA, Sérgio Ayrimoraes.

A evaporação nos reservatórios não é um indicador ignorado pelo setor elétrico.

Hoje, ele já é previsto na hora de construir uma usina, segundo Rafael Kelman, diretor-executivo da PSR, consultoria especializada no setor de Energia. "O coeficiente de evaporação é mapeado no planejamento. É uma característica do reservatório que não muda ao longo do tempo", diz ele.

Os novos cálculos feitos pela ANA, porém, deverão influenciar a fiscalização e a concessão de outorgas por parte da agência a partir de agora.

O órgão tem a prerrogativa de avaliar os projetos de geração elétrica e definir o quanto de água cada usina pode utilizar, deixando uma margem para outros usos, como o abastecimento das cidades e das indústrias na região.

No caso das usinas já existentes, também poderá haver uma revisão do total de água disponível para a eletricidade, à medida que os empreendimentos tiverem que renovar suas outorgas, diz Marcelo Cruz, diretor da ANA.

O impacto tende a ser maior ainda no caso de hidrelétricas antigas, cujo uso de água foi definido antes da criação de regras para esse consumo.

A usina com maior índice de evaporação no país é a de Sobradinho, que opera no rio São Francisco.

"Esse é um caso extremo. A usina está numa região seca, com muito calor. Além disso, tem uma área enorme para a evaporação", afirma Kelman.

A região do semiárido —que abrange principalmente o Nordeste do país— tem o maior índice de evaporação.

No entanto, ressaltam os técnicos, nem sempre o reservatório é prejudicial.

A criação de um espelho-d'água artificial proporciona à região uma nova fonte hídrica. Mesmo quando estão associados a uma grande hidrelétrica, a população é beneficiada, já que o uso é sempre compartilhado.

"O reservatório é fundamental para a oferta de água em diversos usos, mas é preciso considerar a evaporação, para que a perda não supere a oferta e ele não se torne inviável", diz Cruz.

Na prática, resume o diretor, os resultados do estudo serão uma nova ferramenta de avaliação para a agência, mas ainda terão que ser aplicados caso a caso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/03/2019

Seção: Tendências / Debates

Autor: Paulo Feldmann

Título: Empresas também cometem crimes

Governos devem fiscalizar investimentos sociais

Professor de Economia da USP, ex-presidente da Eletropaulo (1995-96, governo Covas) e sócio da EY

Existe uma falsa ideia de que a criminalidade seja algo restrito ao âmbito de pessoas físicas, o que faz com que as empresas raramente sejam consideradas criminosas. Mas, quando se verifica o dano causado por algumas delas, conclui-se que estas agiram de forma criminosa, principalmente quando sabemos que poderiam ter previsto a ocorrência do dano e nada fizeram para evitá-lo.

Não estamos falando apenas da Vale e de sua inação nos casos de Mariana e Brumadinho. Este exemplo talvez seja o pior porque ceifou inúmeras vidas. Mas há outros, como o caso das empresas que construíram o Metrô do Rio de Janeiro: recentemente veio à tona que os cariocas pagaram muitos bilhões de reais a mais pelas obras em função dos acertos que as empreiteiras faziam entre si. Uma dessas empreiteiras, a Odebrecht, está sendo processada judicialmente no Brasil no exterior.

A Petrobras agora se coloca como vítima, mas é claro que poderia ter evitado a farra do pré-sal, feita por empreiteiras e políticos corruptos. Até que ponto ela não facilitou a vida daqueles que se locupletaram com seus recursos? Aliás, nossos recursos.

A JBS reconheceu publicamente que subornou diversos governantes e parlamentares. O que essas companhias têm em comum além do fato de estarem entre as dez maiores empresas brasileiras? Todas elas se declaram ser socialmente responsáveis e fazem pesados investimentos em marketing usando esse mote.

Há cerca de 30 anos, Milton Friedman, prêmio Nobel de economia de 1976, dizia que empresas existem para dar lucro. Ele julgava uma insanidade alguém imaginar que elas deveriam fazer investimentos sociais.

Friedman combateu a filosofia da “Responsabilidade Social Corporativa” desde o seu nascedouro. É sua a frase de que “não existe almoço grátis”. Ele resumia dizendo que a função social da empresa é dar lucro — e, de preferência, cada vez maior.

Acreditar que as empresas fariam investimentos sociais por conta e risco é provavelmente uma das razões para que os governos tenham cruzado os braços em algumas das graves situações mencionadas acima.

Se houvesse fiscalização séria no nosso país, quase tudo poderia ter sido evitado. Mas, infelizmente, não há; e muito menos punição severa.

Claro que o problema não acontece apenas no Brasil; mas, lá fora, as punições são muito mais frequentes. Não se pode esquecer que a maior empresa de consultoria e auditoria, a Artur Andersen, fechou as portas, assim como a Enron uma das maiores petroleiras do planeta.

O fato é que, para essas empresas, o envolvimento social tem sido muito mais um instrumento de marketing que uma contribuição efetiva para o bem da sociedade. Para reverter essa situação urge que o Estado adote uma nova posição, regulamentando com firmeza os setores e as atividades onde há risco de infrações. E, principalmente, fiscalizar e punir de forma implacável os infratores.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/03/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Caminhoneiros fazem carreata em Curitiba

São Paulo - Um grupo de caminhoneiros fez uma carreata na Linha Verde, em Curitiba, na manhã de sábado (30), em resposta ao pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro (PSL) em uma rede social.

De acordo com informações da PRF (Polícia Rodoviária Federal) do Paraná, a manifestação teve início às 11h30 e terminou por volta das 13h, com adesão de aproximadamente 40 caminhoneiros.

Plínio Dias, presidente do Sinditac-PR (Sindicato dos Transportadores Autônomos do Paraná), disse que por volta de 100 pessoas participaram da manifestação, em 30 caminhões e 15 carros.

Nas últimas semanas, representantes dos caminhoneiros se reuniram com integrantes do governo para formalizar suas queixas, e aguardavam uma fala do presidente.

Em transmissão do Facebook na quinta-feira (28), Bolsonaro falou aos caminhoneiros sobre a nova política de preços do diesel da Petrobras, o cartão-caminhoneiro e medidas contra o que chamou de indústria da multa. Ele também sinalizou que seriam feitos novos anúncios à categoria, sem dar detalhes.

O anúncio, porém, aumentou ainda mais a insatisfação dos caminhoneiros, que reivindicam o cumprimento da tabela de fretes mínimos e um prazo mínimo de 30 dias para reajuste dos preços do diesel.

Eles disseram aguardar até anoite de sexta (29) para que o presidente fizesse novo posicionamento com informações que atendessem aos pedidos da categoria.

No mesmo dia, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, publicou no Twitter um vídeo no qual Bolsonaro e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, falam da intenção do governo de melhorar as condições das estradas e de intensificar a fiscalização do piso do frete. Eles não comentaram a reivindicação do prazo mínimo de 30 dias para reajuste do diesel.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: Cofre cheio

Com Gabriel Mascarenhas, Athos Moura e Marta Szpacenkopf

No final de abril, serão escolhidos os novos conselheiros de administração da Vale que, por sua vez, definirão em seguida o nome do novo presidente da empresa. Quase ninguém tem dúvida que será, então, anunciada a saída definitiva de Fabio Schvartsman, hoje presidente afastado. Ao deixar a Vale, Schvartsman terá direito a receber, de acordo com estimativas internas, cerca de R\$ 40 milhões, num pacote de saída que inclui desde cláusulas de “não competição” até a antecipação de suas stock options.

Por via das dúvidas

Sem alarde, a PF recolheu o passaporte de Fabio Schvartsman há duas semanas, dias após ele prestar depoimento e, mais uma vez, garantir que nunca havia

ouvido falar sobre ameaça de desabamento de barragens até a tragédia de Brumadinho.

Livre do pior

É ínfimo, entretanto, o risco de Schvartsman ir para a cadeia num horizonte próximo. Como o Judiciário tem soltado os suspeitos do caso que foram para trás das grades até aqui, os investigadores responsáveis pelos inquéritos de Brumadinho mudaram a estratégia: vão evitar a todo custo pedir novas prisões. Ao menos por ora.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Ascânio Seleme

Título: PARADOXO CAPITALISTA

A Vale pode acabar ganhando dinheiro com a tragédia que provocou em Brumadinho. Como foi obrigada a suspender operações em diversas minas, o preço do minério de ferro está subindo no mercado internacional em razão da redução da oferta.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/03/2019

Seção: O Mundo

Autor: ELIANE OLIVEIRA BRASÍLIA

Título: A nova aliança com Israel

Além dos elementos capazes de provocar novas controvérsias diplomáticas, governo brasileiro quer que visita de três dias fique marcada pela atração de parcerias e investimentos israelenses

Com visita, Bolsonaro marca virada na política para o Oriente Médio

O presidente Jair Bolsonaro inicia neste domingo uma visita de três dias a Israel, inaugurando uma nova fase nas relações entre os dois países, enfraquecidas desde a viagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país, há nove anos.

Diferenças entre as duas visitas marcam a reaproximação. Apesar de ter sido convidado pelo presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, Bolsonaro não irá às cidades palestinas de Belém e Ramallah, ao contrário do ex-presidente. Outro ponto marcante na atual aliança entre os dois países é a mudança de posição do Brasil em relação ao Oriente Médio. Neste mês, o

governo brasileiro se negou a condenar os israelenses por políticas em relação aos palestinos e aos territórios ocupados em resoluções apresentadas no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Bolsonaro se reunirá ainda hoje com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. A transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém será um tema obrigatório. A mudança foi anunciada antes de o brasileiro tomar posse, mas hoje integrantes do governo respondem que o assunto está em estudo. Há três dias, o presidente disse que, em vez de transferir a embaixada, o Brasil poderia abrir um escritório de negócios em Jerusalém. A possibilidade incomoda a comunidade árabe, que lidera a lista de compradores de carnes no Brasil.

—Desejamos ao presidente uma boa viagem a Israel e que a visita seja benéfica para o desenvolvimento do Brasil. Mas existe um povo ao lado que ama o Brasil e está aguardando justiça há 71 anos. A paz e a negociação são o melhor caminho — disse o embaixador da Palestina em Brasília, Ibrahim Azelben.

Bolsonaro visitará a cidade velha de Jerusalém, o Museu do Holocausto, e vai condecorar os bombeiros israelenses que ajudaram a resgatar vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho

Confederação Israelita diz que mudança da embaixada agora não é o mais importante

(MG), em janeiro deste ano. Assinará acordos de cooperação em defesa, segurança pública, ciência e tecnologia, agricultura e piscicultura.

—Os acordos beneficiarão o Brasil graças a todo o avanço que Israel tem e sua experiência com startups e sua pauta tecnológica — destacou o chanceler Ernesto Araújo.

O presidente participará de um seminário com 250 empresários dos dois países, de setores como agronegócio, máquinas e equipamentos, defesa e bens de alta tecnologia. Ao discursar, deve incentivar a ampliação dos investimentos israelenses no Brasil.

—Há um enorme potencial de desenvolvimento para os dois países e todos só têm a ganhar. O Brasil é um mercado com muitos atrativos, e Israel tem tecnologia que pode aprimorar os produtos brasileiros —disse Jayme Blay, presidente da Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria.

Para o presidente da Confederação Israelita do Brasil, Fernando Lottemberg, a viagem deve ser vista com bons olhos. As posições políticas do Brasil jamais impediram um bom relacionamento entre os dois países, disse ele.

— A capital de Israel fica em Jerusalém. É lá onde estão o Parlamento, a Suprema Corte. Mas se o Brasil não mudar a embaixada de lugar agora e

preferir deixar para outro momento, isso não é o mais importante. Há muitas coisas a explorar —afirmou.

Viajarão com o presidente, além de Araújo, os ministros Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Fernando Azevedo e Silva (Defesa), **Bento de Albuquerque (Minas e Energia)** e o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. Havia a informação extraoficial de que o pastor Silas Malafaia—os evangélicos estão entre os maiores entusiastas da mudança da embaixada—já havia viajado a Israel por conta própria e acompanharia Bolsonaro em alguns eventos. O senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, confirmou presença, representando a "bancada da segurança pública" na Casa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/03/2019

Seção:

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO

Título: Sirenes devem continuar a soar em Minas Gerais

Para especialistas, após desastre de Brumadinho, técnicos temem atestar estabilidade de barragens de rejeitos; emergência é anunciada pela Agência Nacional de Mineração quando essa declaração é negada

Sirenes não tocaram quando a Barragem 1 da Vale se rompeu em Córrego do Feijão, Brumadinho, em 25 de janeiro. Mas, desde então, soa em Minas Gerais com frequência jamais observada. Para especialistas, as sirenes são o som do medo dos técnicos das empresas de consultoria, que temem declarar a estabilidade das barragens de rejeito depois do desastre de Brumadinho. Não há uma cascata de barragens subitamente em risco, mas sim uma mudança na conduta das empresas contratadas para avaliar a segurança.

A emergência é anunciada por determinação da Agência Nacional de Mineração (ANM) quando uma barragem tem a declaração de estabilidade negada pela empresa independente contratada para emití-la. Na semana passada, sirenes tocaram quando o nível máximo de emergência, o 3, foi acionado pela Vale na barragem B3/B4, em Nova Lima. A emergência também foi declarada nas barragens de Forquilhas 1 e 2, em Ouro Preto. Na semana anterior, o nível máximo de risco foi atingido no reservatório Sul Superior, em Barão de Cocais. Todas são da Vale.

E as sirenes vão continuar a soar em Minas à medida que mais declarações de estabilidade precisarem ser renovadas e forem negadas, afirma Carlos Barreira

Martinez, professor de segurança de barragens das universidades federais de Itajubá e de Minas Gerais.

—As barragens não se tornaram nem mais nem menos perigosas agora. Mas, após a prisão dos técnicos envolvidos com Brumadinho, os profissionais da área temem se comprometer e, acredito, quase todas serão reprovadas — enfatiza Martinez.

A maioria das barragens de rejeito data das décadas de 1970 e 1980, mas vários reservatórios sofreram alterações nos últimos anos devido à pressão por mais minério e o aumento das exportações. Com isso, as barragens foram sendo alteadas para receber mais rejeito, o que elevou o risco em potencial.

Foi o caso da Barragem de Fundão, da Samarco, controlada pela Vale e a BHP Billiton, e que se rompeu em Mariana, em novembro de 2015. Para o engenheiro Joaquim Pimenta de Ávila, consultor de segurança em barragens e que se tornou testemunha-chave no caso do rompimento de Fundão, não há uma epidemia de barragens na iminência de romper.

—A tragédia de Brumadinho fez com que consultores e a Vale passassem a temer um novo desastre. A emergência 3 não significa que uma barragem se romperá naquele momento, e sim que ela oferece perigo elevado.

Mas agora ninguém quer se comprometer — diz ele.

Ávila projetou Fundão e relatou à Polícia Federal, em 2016, que seu projeto havia sido alterado pela mineradora. Ele havia alertado a Samarco sobre o risco de rompimento um ano antes do desastre.

O engenheiro acrescenta que, depois de Brumadinho, a ANM também mudou as regras e tornou o processo mais rigoroso. As inspeções passaram a ser semestrais. E uma empresa não pode mais declarar a estabilidade com ressalvas. Ou aprova ou reprovava, sem meio-termo. Ainda assim, a própria ANM tem somente três engenheiros em Minas para fazer a fiscalização das 218 barragens de mineração inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens. Segundo a agência, “com o corpo técnico atual (três engenheiros), foram vistoriadas, em 2018, 68 barragens, sendo que algumas destas mais de uma vez”

— O medo agora impera — diz Ávila.

E o medo não é só dos técnicos das empresas contratadas para emitir o laudo de estabilidade. É também das pessoas que vivem junto às barragens. Martinez estima que, no Quadrilátero Ferrífero, onde estão Grande Belo Horizonte e

também a maioria das barragens, haja 200 mil pessoas junto a áreas com algum grau de risco.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/03/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Barragem rompe em Rondônia

Pelo menos 50 famílias ficaram isoladas após o rompimento de uma barragem no distrito de Novo Oriente, no município de Ariquemes, em Rondônia. A ruptura teria sido causada por uma tromba d'água que atingiu a estrutura da mineradora Metalmig, segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam). A Polícia Ambiental informou que não há registros de vítimas.

O município está localizado a cerca de 300 quilômetros da capital Porto Velho. A empresa informou que adota um rigoroso padrão de segurança e que o material presente mineradora é formado por areia e argila, que não tem efeito negativo para a saúde. Mesmo assim, equipes da Sedam e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foram ao local para avaliar os impactos ambientais e materiais do rompimento.

“O local atingido pela tromba d'água apresenta no seu entorno atividades de piscicultura e mineração de cassiterita, sendo necessária a presença da equipe técnica para identificar o tipo de barramento que sofreu a ruptura”, comunicou a secretaria. Este foi o segundo rompimento de barragens em 2019.

Em 25 de janeiro, a barragem com rejeitos de mineração da Vale veio abaixo em Brumadinho, em Minas Gerais. Até agora, há registros de 217 mortos e de 87 desaparecidos.

Além disso, quatro barragens da Vale atingiram nível de alerta máximo no estado. Moradores participam de simulados para saber o que fazer em caso de rompimento. Os próximos treinamentos ocorrem hoje às 15h, em Raposos, Nova Lima e Itabirito. As ações devem envolver cerca de 11 mil pessoas, segundo a Defesa Civil de Minas Gerais

A população atendida nesses simulados serão moradores de localidades que se situam na mancha da inundação das barragens B3/B4, Forquilha I e Forquilha III, que tiveram os níveis de segurança elevados de dois para três, considerado o nível máximo. Ou seja, há um risco iminente de ruptura.

A Vale informa que continua adotando várias medidas para aumentar a segurança de suas barragens. “É importante lembrar que as barragens B3/B4, Forquilha I e III são a montante inativas — portanto, não recebem rejeitos, remanescentes e fazem parte do plano de descaracterização anunciado pela Vale em 29 de janeiro de 2019”, comunicou a empresa.

Os administradores da Vale devem ter redução de cerca de 40% nos salários. A companhia prevê gasto adicional de R\$ 15,5 milhões com comitês extraordinários, criados após a tragédia de Brumadinho, o que equivale a 75% dos R\$20 milhões repassados ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

MME / ASCOM .